

# As relações comerciais agrícolas entre Brasil e China no período 2000-2011: perspectivas para o agronegócio brasileiro

Angélica Massuquetti<sup>1</sup>

Pedro Henrique de Morais Campetti<sup>2</sup>

Juliano Luiz Kock<sup>3</sup>

Rafaela Lauffer Ostermann Tamiosso<sup>4</sup>

## Introdução

O fortalecimento das relações econômicas internacionais desde a década de 1990 marca a segunda onda de regionalismo, como indicado por Azevedo e Henz (2006). De acordo com os autores, o novo regionalismo revela uma fase de maior abrangência e de maior aprofundamento desta relação, envolvendo o comércio entre todos os setores econômicos. Nesse contexto, destaca-se, por exemplo, a estratégia da China de promoção de maior abertura do comércio e do investimento num cenário de globalização e uma oportunidade para o Brasil, que é um importante parceiro comercial no fornecimento de *commodities*.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: angelicam@unisinos.br.

2 Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: pedro\_campetti@yahoo.com.br.

3 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: juliano.koch@gmail.com.

4 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: rafaelaostermann@gmail.com.

Desde a Rodada Uruguai, contudo, os sucessivos impasses nas negociações comerciais internacionais têm sido atribuídos aos aspectos relacionados à agricultura, onde se confrontam, de um lado, um grupo de países com interesse numa maior liberalização dos mercados e, de outro, nações que por variadas razões propugnam pela manutenção de práticas protecionistas, tais como subsídios, tarifas etc. Apesar das diversas declarações realizadas desde então, manifestando o interesse em atender aos compromissos assumidos nas várias instâncias de negociações, tais como Organização Mundial de Comércio (OMC), acordos bilaterais como Mercado Comum do Sul (Mercosul)-UE (União Europeia), Área de Livre Comércio das Américas (Alca) etc., os países desenvolvidos têm sabido manter elevado grau de protecionismo para suas agriculturas, quer levantando argumentos de ordem ambiental, social e sanitária ou simplesmente ignorando os acordos. O resultado tem sido que a disputa comercial tem se acelerado na mesma intensidade em que se dão as contestações e que contraditoriamente crescem de todos os lados os discursos de corte liberal, alegando práticas desleais de comércio por parte dos outros.

Dado que a China superou os Estados Unidos da América (EUA), em 2009, como principal parceiro comercial brasileiro e considerando-se o potencial agrícola brasileiro no contexto internacional, o objetivo deste artigo foi analisar as relações comerciais agrícolas entre o Brasil e a China no período 2000-2011. O método utilizado foi a revisão bibliográfica e a coleta de informações na base de dados Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), seguindo-se as seguintes etapas: investigação da perspectiva socioeconômicas da China, pesquisa acerca dos principais acordos comerciais entre os dois países, identificação dos principais estudos sobre a relação comercial agrícola entre o Brasil e a China e análise dos fluxos comerciais entre os países no período 2000/2011. A relevância do estudo refere-se à urgência, no campo acadêmico, de pesquisas a respeito do processo de integração comercial entre as nações.

Este artigo compreende mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção são expostas as perspectivas socioeconômicas da China. Na terceira seção abordam-se os acordos e negociações comerciais entre os países. Na quarta seção são apresentados os principais estudos acerca da relação comercial agrícola entre o Brasil e a China e são descritos os fluxos comerciais entre os países no período 2000/2011. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais.

## Perspectivas socioeconômicas da China

A China ocupa uma área de 9,6 milhões de km<sup>2</sup>, a 4<sup>a</sup> maior do planeta. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA, [20--?]) O Produto Interno Bruto (PIB) por paridade de poder de compra (PPC) chinês, mais apropriado para a análise do padrão de vida das populações, alcançou US\$ 3 trilhões, em 2000, passando para US\$ 11,3 trilhões, em 2011, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), e ocupando 3<sup>a</sup> posição no *ranking* mundial. Por outro lado, ao se relativizar o tamanho da economia pelo número de habitantes pelo cálculo do PIB *per capita* em termos de PPC, o desempenho chinês é pior. Apesar de o país ter passado de US\$ 2.379, em 2000, para US\$ 8.394, em 2011, também segundo estimativas do FMI, ocupa apenas a 120<sup>a</sup> posição no *ranking* mundial. A China possui o segundo menor PIB *per capita* (PPC) entre os Brics. Em 2011, segundo estimativas do FMI, o valor do PIB *per capita* (PPC) dos demais países foi: Rússia, US\$ 16.687; Brasil, US\$ 11.846; África do Sul, US\$ 10.977; e Índia, US\$ 3.703. (IMF, 2012) Sob a ótica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a China está classificada no grupo dos países com desenvolvimento humano médio, ocupando a 101<sup>a</sup> posição (0,687) no *ranking* mundial de 2011, superando, dentre os países que integram os Brics, apenas África do Sul (123<sup>a</sup> posição – 0,619) e Índia (134<sup>a</sup> posição – 0,547). (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2012)

A população chinesa teve um crescimento entre 2000 e 2011, passando de 1,27 bilhões de pessoas, em 2000, para 1,35 bilhões, em 2011 (estimativas do FMI). (IMF, 2012) Ao longo do período de análise, houve um crescimento da população urbana, que passou de 36%, em 2000, para 47%, em 2010. O percentual de população urbana em relação à população total na China é reduzido, em comparação com a maioria dos países que integram os Brics. Na África do Sul e na Rússia, por exemplo, a população urbana representava, aproximadamente, 62% e 73% da população total, em 2010, respectivamente. No Brasil, contudo, a população urbana representou 87% neste mesmo ano. Na Índia, 30% da população situavam-se na zona urbana, em 2010. Há previsão de que a população urbana chinesa alcance 50% da população total do país em 2015. (DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - DESA, 2011)

As características socioeconômicas da China, como crescimento econômico e populacional, revelam a perspectiva de uma maior integração do país aos fluxos internacionais de comércio. A corrente de comércio entre Brasil e China, por exemplo, apresentou expressivo crescimento desde

2000, passando de US\$ 2,5 bilhões, no início do período, para US\$ 70 bilhões, em 2011. As exportações brasileiras para a China se baseiam numa pauta pouco diversificada e sustentada em *commodities*, como minério de ferro, grãos de soja e óleos brutos de petróleo. As importações brasileiras do país asiático, por outro lado, apresentam uma expressiva diversificação e são caracterizadas por bens manufaturados, como componentes para televisores, telefonia e microcomputadores. (MDIC, [20--]) Ressalta-se, portanto, a importância da China na pauta de exportações do Brasil e sua relevante demanda por *commodities* brasileiras.

## Acordos e negociações comerciais entre Brasil e China

As relações entre Brasil e China se estendem desde o século XIX. Em 1881, os países estabeleceram o “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação” e, em 1883, houve a abertura de um consulado brasileiro em Xangai. Entretanto, os contatos bilaterais se mantiveram escassos até meados do século XX em razão dos conflitos internos e externos que envolviam a China. Com a vitória de Mao Tsé-Tung e a proclamação da República Popular da China, em 1949, o Brasil rompeu as relações diplomáticas e fechou o consulado em Xangai. A retomada do diálogo ocorreu apenas em agosto de 1974, visando interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Ainda assim, no plano econômico, as relações bilaterais sino-brasileiras mantiveram-se modestas durante as décadas de 1970 e de 1980. (OLIVEIRA, 2004)

A década de 1990 foi marcada pela abertura econômica brasileira e pela maior inserção chinesa no comércio internacional, o que prodigalizou uma aproximação comercial mais estreita entre os dois países. Em 1993, a China declarou o Brasil como parceiro estratégico, o primeiro na América Latina a receber tal designação. Também houve uma aproximação no campo da ciência e tecnologia através do desenvolvido em conjunto de satélites de sensoriamento remoto (CBERS), o primeiro deles lançado em 1999 e o segundo em 2003, além de cooperação nos setores de biotecnologia, de informática, de desenvolvimento de novos materiais e na área da saúde, para iniciativas de combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), produção de genéricos e pesquisa de novos medicamentos. (OLIVEIRA, 2004, 2010; ARAÚJO Jr.; COSTA, 2010)

Entretanto, é na década de 2000 que se destaca o intenso crescimento das relações comerciais, de modo que a participação da China nas exportações brasileiras teve drástico aumento, passando de cerca de

2%, em 1999, para mais de 15%, em 2010, e tornando-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009. Neste sentido, tem havido um interesse governamental em desenvolver uma forte parceria com a China. O presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou a China em 2004 – ano em que se comemoraram as três décadas do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países – acompanhado por nove ministros, seis governadores e, aproximadamente, 400 empresários, o que gerou nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados. Em 2009, o presidente Lula fez nova visita, na qual foi estabelecido um “Plano de Ação Conjunta” para o período de 2010-2014, contemplando todas as áreas de cooperação bilateral. A presidenta Dilma Rousseff seguiu a mesma política e fez questão de ir à China durante seus primeiros 100 dias no cargo, visita esta que tinha caráter eminentemente econômico. Por sua vez, o presidente chinês Hu Jintao visitou o Brasil em 2004 e em 2010. (BECARD, 2009; JENKINS, 2012)

Outras ocorrências importantes do início do século XXI referem-se à maior inserção de empresas brasileiras no mercado chinês. Em novembro de 2001 foi formado um *joint venture* entre a Vale do Rio Doce e a siderúrgica Baosteel. Em agosto de 2002 foi assinado um acordo de equivalência sanitária, possibilitando, com isto, a exportação de carne bovina e de frango para a China. Em setembro de 2002 foi concluída a parceria entre a Embraer e a empresa aeronáutica AVIC2. Além das empresas brasileiras citadas, outras grandes, como Petrobrás, Embraco, Marcopolo e Sadi estão empenhando esforços para adentrarem no gigantesco mercado chinês. (OLIVEIRA, 2004) Por sua vez, a China apresentou tendência crescente de internacionalização de suas empresas e de expansão dos investimentos diretos no Brasil após a crise de 2009, quando contava com altas reservas internacionais. Verifica-se, então, entre os anos de 2009 e 2010, investimentos principalmente nos setores de petróleo, energia, mineração, agricultura, automóveis e máquinas, dentre os quais é possível citar: um empréstimo de US\$ 10 bilhões do Banco de Desenvolvimento Chinês para a Petrobras, a aquisição, no valor US\$ 1,72 bilhão, de sete empresas brasileiras de energia elétrica pela State Grid, um investimento de US\$ 3,07 bilhões por 40% de um campo petrolífero, em Campos (RJ), pela empresa Sinochens, a aquisição da Itaminas Comércio de Minérios pela estatal chinesa ECE, no valor de US\$ 1,2 bilhão e o acordo de US\$ 3,29 bilhões para a construção de uma usina de aço pela Wuhan Iron & Steel. (OLIVEIRA, 2010)

O crescimento das relações comerciais com a China tem afetado a comunidade empresarial brasileira, gerando divergências. Por um lado, as empresas exportadoras com interesses na China formaram o Conselho

Empresarial Brasil-China (CEBC), em 2004, com o objetivo de reforçar as relações econômicas. Por outro lado, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), representando as indústrias afetadas pela concorrência chinesa, vem buscando apoio do governo para a implementação de medidas de proteção comercial do mercado brasileiro. (JENKINS, 2012; BARBOSA; MENDES, 2006) Com isto, a ação do governo também tem sido dual, no sentido de promover políticas que beneficiem os dois lados ou, talvez, que busquem equilibrar os efeitos positivos e negativos que a expansão chinesa tem gerado sobre a economia brasileira. Nos dois parágrafos seguintes será possível compreender esta situação.

Em 2004, quando Hu Jintao visitou o Brasil, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Investimentos, o qual previa, entre outros pontos, que o Brasil reconheceria a China como economia de mercado. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO - MRE/SPD, 2012) Esta decisão restringiria o estabelecimento de salvaguardas comerciais em caso de *dumping* ou subsídios, o que gerou críticas de setores produtivos que se consideram prejudicados pela concorrência chinesa. Porém, o tratamento realmente dado à China é o de uma economia em transição ou economia planificada, isto porque o Brasil ainda não regulamentou o reconhecimento na Câmara de Comércio Exterior (Camex). Obviamente, a China tem buscado, junto às autoridades brasileiras, que sejam tomadas providências sobre esta questão, mas o Brasil justifica contrapondo os compromissos assumidos pelos chineses de maiores investimentos, bem como suporte na candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). (OLIVEIRA, 2010; BAUMANN, 2009) Desta forma, a Camex tem aplicado medidas de salvaguarda sobre os produtos chineses. Segundo Baumann (2009), existem, atualmente, 22 medidas *antidumping* aplicadas pelo Brasil sobre a China. Isto vem sendo operacionalizado através de um imposto adicional calculado por meio da comparação de produtos de outros países. O autor também expõe que, até o final de 2008, o Brasil havia aberto 123 processos de investigação *antidumping*, sendo que 43 (34,9% do total) eram sobre a China. Por outro lado, a China também já aplicou barreiras comerciais. Desde 2005, quando houve um caso de febre aftosa no Brasil, a China proibiu as importações de carne brasileira e, apesar de a doença ter sido localizada em área específica e logo isolada, a proibição manteve-se válida para todo o país.

Para minimizar tais tensões no relacionamento sino-brasileiro, decorrentes da forte assimetria no relacionamento comercial, e gerar um ambiente mais cooperativo, foram desenvolvidos alguns mecanismos bilaterais. Além do CEBC, em 2004, pode-se citar ainda a Comissão Sino-Brasileira

de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), em 2006, o Diálogo Estratégico Brasil-China, em 2007, a Agenda China, em 2008, e o Diálogo Financeiro Brasil-China, no mesmo ano. (BECARD, 2009) A Cosban é o mecanismo permanente de mais alto nível entre os governos do Brasil e da China, tendo a responsabilidade de coordenação de diversas vertentes do relacionamento bilateral. (REUNIÃO..., 2012) A Agenda China é um documento elaborado pela parceria de três ministérios do governo brasileiro, no qual foram apontados 619 produtos com potencial exportador para o mercado chinês, sendo selecionados 147 para ações imediatas. A meta deste programa era triplicar as exportações brasileiras para a China até 2010 e atrair investimentos chineses para o Brasil, principalmente em áreas de infraestrutura e logística. (MDIC..., 2008)

Verificou-se, então, um crescente aumento do comércio entre os dois países. Em 2009, a China superou os EUA como principal parceiro comercial brasileiro, posição que havia sido mantida por 80 anos. Foram US\$ 36,1 bilhões de trocas com a China, contra US\$ 35,6 bilhões com os EUA. (MRE/SPD, 2012; OLIVEIRA, 2010) Por outro lado, o aumento do comércio bilateral gera três questionamentos segundo Barbosa e Tepassê (2009): primeiro, há uma interdependência assimétrica, pois a China representa 32% e 42% das vendas externas brasileiras de minérios de ferro e de soja, respectivamente, enquanto o Brasil representa, aproximadamente, 2% das exportações chinesas, considerando apenas os principais produtos importados pelo Brasil; segundo, as exportações brasileiras para a China estão concentradas em produtos básicos, enquanto as da China para o Brasil são basicamente de manufaturados, principalmente bens industriais; terceiro, mercados externos comumente abastecidos por produtos manufaturados do Brasil estão sendo constantemente deslocados pela maior presença chinesa.

Oliveira (2010) defende a ideia de que a parceria estratégica entre Brasil e China não se concentra no campo econômico-comercial, mas sim nos campos político, para alianças em fóruns internacionais, como, por exemplo, o G-20 e a Rodada de Doha, e científico-tecnológico, objetivando romper o monopólio tecnológico dos países desenvolvidos. Esta perspectiva está correlacionada com a política internacional adotada pelo Brasil de fortalecer a chamada Cooperação Sul-Sul através de parcerias estratégicas com países emergentes, como é o caso da China. Porém, o autor também ressalta que, apesar das assimetrias, o relacionamento comercial continuará sendo positivo para o Brasil, pois, além de supridor de matérias-primas, também possui potencial no setor manufatureiro, em toda a cadeia que envolve o setor do agronegócio e também em seu sistema de ciência e tecnologia, o que pode gerar oportunidades de parcerias e negócios. Outro motivo é que a importação de máquinas e aparelhos

mecânicos da China tem possibilitado a retomada do desenvolvimento industrial, sendo que as pressões contra as importações estão concentradas nos produtos têxteis e brinquedos, os quais são intensivos em mão de obra.

Por fim, destacam-se dois fatos importantes nas relações sino-brasileiras nos anos de 2010 e 2011. Primeiro, o Plano de Ação Conjunta Brasil-China, 2010-2014, assinado pelos presidentes Lula e Hu Jintao, em abril de 2010. Este documento visa dar caráter institucional à relação entre Brasil e China, fortalece a Cosban, estabelece projetos concretos de cooperação com metas definidas até 2014 e cria mecanismos de monitoramento da evolução dos resultados, além de mecanismos permanentes de consulta e coordenação entre os dois países. (MRE/SPD, 2012; PLANO..., 2012) Segundo, a visita da presidenta Dilma à China, em abril de 2011, na qual foram anunciadas, dentre outros pontos, oportunidades de negócios para empresas brasileiras, incentivos para realização de investimento recíprocos e cooperação nas áreas de pesquisa científica, tecnológica e inovação. Podem-se citar, ainda, alguns negócios divulgados durante a visita, como a venda de jatos da Embraer para as companhias chinesas CDB Leasing e Hebei Airlines, a concessão de autorização para a venda de carne suína por três empresas brasileira e uma série de investimentos chineses no Brasil. Na visita, a presidenta Dilma destacou o interesse de elevar o patamar das relações bilaterais para a comercialização de bens de alta qualidade e tecnologia, gerando benefícios mútuos e maior reciprocidade e simetria nas relações comerciais. (BECARD, 2011)

## **Perspectivas para o agronegócio brasileiro na China**

### **Principais estudos sobre a relação comercial agrícola entre Brasil e China**

Saab e Paula (2007) caracterizaram as relações socioeconômicas entre Brasil e China no período 1994-2005, por meio de pesquisa exploratória, identificando que a taxa anual de crescimento do PIB do país asiático foi de 8,93% e do Brasil de 2,27%. No que se refere à renda *per capita*, a China cresceu a uma taxa anual média de 8,08% a.a., enquanto o Brasil apresentou uma taxa de 0,76% a.a. As exportações chinesas cresceram a uma taxa média 16,79% a.a. e suas importações aumentaram, em média, 17,2% a.a. Já no Brasil, as exportações cresceram à taxa de 7,88% a.a. e as importações, à taxa de 3,15% a.a. Em 2005, a população da China

atingiu 1,3 bilhões de habitantes, sendo que 43% residiam em centros urbanos. E, em 1985, esta relação era de 24%, indicando que o país passava, neste período, por um rápido processo de industrialização. Para o agronegócio brasileiro, o crescimento populacional chinês se mostra atrativo, pois está elevando a demanda de alguns produtos agrícolas que tendem a tornarem-se deficitários até 2020, os quais o mercado nacional poderá suprir.

Rubin, Ilha e Waquil (2008) analisaram o setor brasileiro de carne bovina frente a futuros possíveis acordos de integração entre blocos. Através do índice de Vantagem Revelada na Exportação (VRE), identificou-se que o Brasil vem aprimorando-se na produção e na exportação de carne bovina. Porém, este setor está sendo prejudicado pelas barreiras existentes em relação às exportações. As barreiras não tarifárias são muito rigorosas no mercado chinês e não há laboratórios qualificados para fiscalizar as certificações sanitárias exigidas. Os autores ressaltaram que o Brasil deve reforçar a fiscalização da qualidade dos produtos, pois é o item que mais limita na ampliação da competitividade.

Moreira e Santos (2009) abordaram, primeiramente, o crescimento das exportações mundiais entre 1998-2008, que passaram de US\$ 5,5 trilhões para US\$ 16,1 trilhões. Dados de 2008 revelam que a China contribuiu com 8,8% das vendas internacionais e o Brasil, com apenas 1,2%. E, no *ranking* de importações mundiais, a China contribuiu com 6,9% e o Brasil, com apenas 1,1% das compras internacionais. Grande parte das importações e das exportações mundiais está concentrada, principalmente, nos EUA, nos países europeus, na China e no Japão. Os autores analisaram os fatores que determinam o crescimento da economia chinesa e destacaram a integração às economias dos países desenvolvidos. O país passou a exportar mais para os países da tríade (EUA, Japão e países da União Europeia (UE)) e importar mais dos países asiáticos e latino-americanos. Ao retratar o agronegócio brasileiro, os autores destacaram os principais produtos exportados entre 2006-2008: complexo soja (soja em grãos, farelo e óleo refinado e bruto), carnes (de frango, bovina e suína) e produtos florestais (papel, celulose, borracha e madeira), ambos respondendo, respectivamente, a 25,8%, 20,4% e 18% do total exportado em 2008. O estudo permitiu concluir que houve um deslocamento progressivo dos principais destinos dos produtos do agronegócio brasileiro, anteriormente concentrado nos EUA e também nos países da UE, ampliando, atualmente, a participação da Ásia.

Wilkinson (2010) argumentou sobre o deslocamento das exportações brasileiras de *commodities* agrícolas, visto que, em 2005, pela primeira vez o Brasil exportou mais produtos do agronegócio para os países do sul do que para os países do norte, ou seja, “[...] o crescente peso da China

desloca a União Europeia como eixo global da demanda, e o Cone Sul desloca a América do Norte no lado da oferta”. (WILKINSON, 2010, p. 28) Destaca também que o Brasil possui uma área cultivável de 340 milhões de hectares e apenas 63 milhões são usadas para cultivos e 200 milhões em regime de pasto. Então, são 77 milhões de hectares disponíveis para o agronegócio (excluindo Floresta Amazônica e Pantanal). Um maior envolvimento do setor financeiro no comércio agrícola, oferecendo financiamentos de safras e também das incorporadoras que compram terras e preparam as fazendas para uso imediato de futuros compradores, contribui para a expansão da fronteira agrícola e garante a manutenção do agronegócio brasileiro nos mercados globais.

Mortatti, Miranda e Bacchi (2011) analisaram o comércio bilateral entre Brasil e China, considerando o período entre 1995-2008, visto que em 2009 a China passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro. Nos últimos anos, o Brasil passou a importar mais produtos da China do que exportar para este país. As exportações chinesas para o Brasil envolvem produtos de alto valor agregado, como máquinas, aparelhos elétricos, materiais têxteis, produtos de indústrias químicas ou das indústrias conexas. O inverso acontece com as exportações brasileiras para a China, que envolvem produtos de baixo valor agregado, como matérias-primas vegetais e minerais, com predomínio do minério de ferro e soja em grãos. Os autores ressaltam que em relação às barreiras tarifárias do comércio entre os dois países, os 10 principais produtos exportados pelo Brasil não possuem elevadas tarifas de importação por parte da China. O produto de maior incidência tarifária é o tabaco (total ou parcialmente destalado). E há uma incidência de tarifas maiores nas importações brasileiras de produtos chineses. Entre os 10 principais, o produto de maior incidência tarifária são os triciclos, patinetes e outros brinquedos semelhantes de rodas.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos estudos analisados nesta subseção.

**Quadro 1 – Revisão Bibliográfica**

<b>Autores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Período</b>	<b>Região</b>	<b>Produto</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Resultado</b>
<b>Saab e Paula (2007)</b>	Identificação de mercados favoráveis para o agronegócio brasileiro.	1994-2005	Brasil e China.	Grãos, suínos, vegetais, frutas, produtos aquáticos, aves, ovos, óleos vegetais, vinho, outras carnes, leite e derivados, açúcar.	Pesquisa exploratória.	Os autores analisaram o consumo rural e urbano da população da China e identificaram produtos que poderão apresentar déficits de oferta até 2020: arroz, trigo, milho, soja e carne. De acordo com o estudo, o Brasil poderá suprir as necessidades do mercado chinês com os seguintes produtos: soja (grão/farelo), carne bovina e de frango, leite e seus derivados.

<b>Rubin, Ilha e Waquil (2008)</b>	Analisar o setor exportador brasileiro de carne bovina frente às hipóteses de acordos regionais.	1990-2003	UE, Nafta, CIE, RPC e Japão.	Carne bovina.	Potencial de importação; desempenho competitivo; barreiras ao setor de carne brasileira; e evolução do grau de penetração.	A China apresentou um promissor potencial importador, com altas taxas de crescimento das importações. Porém, devido às barreiras sanitárias e técnicas, as exportações brasileiras para este país apresentaram um grau de aceitação baixo.
<b>Moreira e Santos (2009)</b>	Analisar o crescimento da China e consequências para o agronegócio brasileiro.	1998-2008	Brasil e China.	Produtos do agronegócio.	Estatística descritiva e revisão bibliográfica.	Em 1997, os EUA respondiam por 15% das exportações do agronegócio brasileiro e a China, 3%. Já em 2008, a China responde por 11,6% e os EUA, 8,6%. Segundo os autores, isso ocorre devido ao crescimento econômico da China e também pela crise financeira enfrentada pelos EUA. O comércio bilateral entre Brasil e China intensificou-se entre 2000-2008, crescendo de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 35,1 bilhões, mais que 16 vezes.
<b>Wilkinson (2010)</b>	Analisar o agronegócio brasileiro após a ascensão da China.	2005-2008	Mundo.	<i>Commodities</i> agrícolas.	Estatística descritiva.	A soja é um produto de destaque no comércio internacional todo o complexo deste deverá crescer a taxas anuais acima de 3%. A China será responsável por 80% do crescimento nas importações mundiais. Então, o Brasil avançará dos atuais 30% das exportações de soja em grãos para mais de 40%. O Brasil deverá triplicar a produção de etanol e aumentar mais ou menos 50% a produção de grãos e carnes até 2017/2018.
<b>Mortatti, Miranda e Bacchi (2011)</b>	Analisar o comércio bilateral entre Brasil e China.	1995-2008	Brasil e China.	<i>Commodities</i> agrícolas, minerais e produtos industriais.	VECM.	O aumento de 1% na renda chinesa leva um aumento de 1,57%, 0,94% e 1,20% respectivamente, na exportação brasileira de produtos agrícolas, produtos industriais e produtos minerais brasileiros para a China.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Brasil e a China estão entre as principais economias em desenvolvimento. Devido ao potencial de crescimento dos dois países e do mercado consumidor, a corrente comercial poderá ampliar-se ainda mais. Com o acelerado crescimento populacional chinês, há uma crescente demanda por alimentos e este país possivelmente dependerá do mercado externo para garantir a alimentação da sua população. O Brasil, sendo um dos principais produtores mundiais de produtos agropecuários, poderá beneficiar-se desta situação.

## Comércio agrícola entre Brasil e China

Ao analisar o comércio agrícola entre Brasil e China, nota-se o crescimento do intercâmbio comercial agrícola durante o período 2000 e 2011. O valor das exportações brasileiras para a China teve um crescimento, passando de US\$ 441 milhões, em 2000, para US\$ 14 bilhões, em 2011. O principal produto exportado pelo Brasil é a soja, tanto para o ano de 2000 quanto para o ano de 2011, quando apresenta um valor de US\$ 10,9 bilhões (78,08% do valor total das exportações brasileiras para o país asiático). Podem-se destacar outros produtos, em 2011, como o açúcar de cana (8,25%) e o óleo de soja (5,41%), que aparecem na 2ª e 3ª posições, respectivamente, no *ranking* dos principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil para a China (Tabela 1).

**Tabela 1** – Principais Produtos Agrícolas Exportados pelo Brasil para a China – 2000/2011

2000			2011		
Produtos (SH-6 DIGITOS)	%	Valor (US\$ FOB)	Produtos (SH-6 DIGITOS)	%	Valor (US\$ FOB)
Soja, mesmo triturada.	76,50	337.350.321	Soja, mesmo triturada.	78,08	10.957.102.029
Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado.	9,49	41.833.372	Açúcar de cana, em bruto, sem adição de aromatizantes ou de corantes.	8,25	1.157.230.479
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado.	3,93	17.333.922	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado.	5,41	759.821.410
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.	2,78	12.262.277	Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados - carnes frangos.	3,01	422.859.980
Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados - carnes frangos.	2,51	11.047.063	Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado.	2,69	377.748.138
Demais produtos de origem agrícola.	4,79	21.143.864	Demais produtos de origem agrícola.	2,56	359.299.710
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>440.970.819</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>14.034.061.746</b>

Fonte: MDIC ([20--]).

Na Tabela 2, onde são apresentados os principais produtos agrícolas importados pelo Brasil da China, no período de 2000 e 2011, observa-se que há um crescimento nos valores e que, no ano de 2000, produtos derivados de origem animal tinham maior representatividade no valor total importado. Em 2011, por outro lado, a representatividade dos produtos

já é mais diversificada, apesar de outros filés de congelados de peixe e pescados aparecer como principal produto no *ranking* dos importados agrícolas chineses pelo Brasil, representando 26,57% do valor total.

**Tabela 2** – Principais Produtos Agrícolas Importados pelo Brasil da China – 2000/2011

2000			2011		
Produtos (SH-6 DIGITOS)	%	Valor (US\$ FOB)	Produtos (SH-6 DIGITOS)	%	Valor (US\$ FOB)
<b>Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, inteiros ou em pedaços, frescos, refrigerados, congelados, salgados, secos ou defumados.</b>	35,24	480.986	Outros filés congelados de peixes e pescados.	26,57	165.694.306
<b>Cerdas de porco ou de javali e seus desperdícios.</b>	34,11	465.565	Alhos, frescos ou refrigerados.	16,34	101.897.633
<b>Alhos, frescos ou refrigerados.</b>	6,16	84.000	Outras preparações para alimentação de animais.	10,31	64.284.622
<b>Outros produtos e misturas hortícolas, secos, inclusive em pedaços ou fatias, trituradas ou em pó, sem qualquer outro preparo.</b>	5,09	69.440	Feijão comum, seco, em grão, mesmo pelado ou partido.	6,52	40.665.672
<b>Sucos e extratos de outros vegetais (mamão seco, semente de pomelo, ginkgo biloba seco).</b>	4,53	61.813	Outros produtos e misturas hortícolas, secos, inclusive em pedaços ou fatias, trituradas ou em pó, sem qualquer outro preparo.	5,81	36.256.958
<b>Demais produtos de origem agrícola.</b>	14,87	202.923	Demais produtos de origem agrícola.	34,45	214.853.659
<b>TOTAL</b>	100	1.364.727	<b>TOTAL</b>	100	623.652.850

Fonte: MDIC ([20--]).

Ao analisar as Tabelas 1 e 2, nota-se que o comércio agrícola entre Brasil e China, no período de 2000 e 2011, teve crescimento, onde destaca-se que as exportações brasileiras para a China, em 2011, alcançaram US\$ 14 bilhões. O produto que se caracteriza como principal e que mantém seu posto de primeiro lugar no *ranking* de produtos exportados é a soja, que apresenta seu percentual de participação muito semelhante nos dois períodos analisados: em 2000, com 76,50%, e em 2011, com 78,08%. As importações feitas pelo Brasil da China não são tão representativas em termos de valores, se comparadas às exportações, e não há um produto que se mantém como o principal importado, mas destacam-se os de origem animal.

## Considerações finais

O ano de 1974 marca a retomada das relações entre Brasil e China. Porém, apenas na década de 1990 é possível verificar uma maior aproximação comercial entre os dois países, suscitada pela abertura econômica brasileira e pela inserção chinesa no comércio internacional. No século XXI, tais relações se estreitaram ainda mais, havendo o aumento dos investimentos externos entre os dois países e um forte crescimento do fluxo comercial, o que fez com que a China se tornasse o principal parceiro comercial do Brasil no ano de 2009.

A industrialização chinesa elevou sua demanda por matérias-primas, além da sua capacidade de produção. Além disso, o processo de urbanização também ampliou a demanda por alimentos. Assim, a China tornou-se o maior importador mundial de *commodities*. A Ásia é o principal continente de destino das exportações brasileiras de soja em grãos e no *ranking* de importadores mundiais de soja em grãos brasileira, o país aparece em primeiro lugar. Assim, a ampliação das relações comerciais agrícolas entre Brasil e China tende a favorecer o agronegócio brasileiro.

As relações comerciais, entretanto, têm sido marcadas por assimetrias, como o fato de as exportações brasileiras estarem concentradas em produtos básicos, de baixo valor agregado, enquanto as importações são, em geral, de produtos manufaturados. Além disso, os empresários brasileiros estão divididos entre aqueles que se beneficiam das relações comerciais e dos investimentos chineses e aqueles que sofrem com a concorrência chinesa, seja no mercado interno através das importações, seja através do efeito deslocamento causado pelas exportações chinesas a outros países também atendidos pelo Brasil.

Verifica-se, então, a natureza complexa e contraditória do impacto que a expansão global da China tem causado, inclusive sobre a economia brasileira. De qualquer forma, a China transformou-se em parceiro imprescindível para o Brasil, conforme pode ser averiguado nas políticas do governo que visam estreitar e aprofundar os laços políticos e econômicos entre os dois países. Resta ao futuro o desafio de que o aprofundamento dos laços se dê também através de uma maior simetria nas relações econômicas e comerciais, como, por exemplo, através de investimentos e parcerias em pesquisas, produção e comercialização de produtos de alta tecnologia.

## Referências

- ARAÚJO JÚNIOR, J.T.; COSTA, K.P. Abertura Comercial e Inserção Internacional: os casos do Brasil, China e Índia. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*. Brasília, DF: CEPAL, Escritório no Brasil/IPEA, 2010.
- AZEVEDO, A.F.Z.; HENZ, R.A. The EU new trade policy and the perspectives for an EU-Mercosur Agreement. *Aussenwirtschaft*, Zürich, Suíça, v. 4, n. 61, p. 437-446, Jan. 2006.
- BARBOSA, A.F.; MENDES, R.C. *Economic relationships between Brazil and China: a difficult partnership*. Bonn, Germany: FES Briefing Papers, 2006.
- BARBOSA, A.F.; TEPASSÊ, A.C. As relações comerciais entre Brasil e China de 1979 a 2008: lições de estratégia política e econômica. In: OLIVEIRA, H.A. *China e Índia na América Latina: desafios e perspectivas*. Curitiba: Juruá Editora, 2009. p. 193-219.
- BAUMANN, R. *Some recent features of Brazil-China economic relations*. Brasília, DF: CEPAL, Escritório no Brasil, 2009.
- BECARD, D.S.R. Cooperação e comércio entre Brasil e China durante o Governo Lula. In: OLIVEIRA, H.A. (Org.). *China e Índia na América Latina: desafios e perspectivas*. Curitiba: Juruá Editora, 2009. p. 163-192.
- BECARD, D.S.R. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista De Sociologia e Política*, v. 19, n. 1, p. 31-44, 2011.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA. *The World Factbook*. Publicações on-line [20--?]. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2012.
- DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - DESA. *World Urbanization Prospects, the 2011 Revision*, 2011. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/index.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2012.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. *Data and Statistics*. Base de dados referente ao desenvolvimento econômico mundial. 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/weoselgr.aspx>>. Acesso em: 26 abr. 2012.
- JENKINS, Rhys. China and Brazil: economic impacts of a growing relationship. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 41, n. 1, p. 21-47, 2012.

MDIC, MRE e MAPA lançam Agenda China. *O Ministério*, Notícias, Brasília, 20 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1&noticia=8341>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO - MRE/SPD. *Balanco de Política Externa: 2003-2010*. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo/view>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. MDIC. *AliceWeb*. Sistema de divulgação das estatísticas brasileiras de importação e exportação. Versão em português. [20--]. Disponível em: <<http://alicesweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 3 maio 2012.

MOREIRA, E.V.; SANTOS, L.B. A China e o agronegócio brasileiro. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 2, n. 31, p. 69-94, jul./dez. 2009.

MORTATTI, C.M.; MIRANDA, S.H.G.; BACCHI, M.R.P. Determinantes do comércio Brasil-China de *commodities* e produtos industriais: uma aplicação de VECM. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 311-335, 2011.

OLIVEIRA, H.A. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004.

OLIVEIRA, H.A. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 88-106, 2010.

PLANO de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. Sala de imprensa, notas à imprensa, Brasília, 15 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Ranking do IDH 2011*. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_global\\_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2011](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

REUNIÃO DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO – COSBAN, 2, 2012, Brasília. *Notas à imprensa...* Brasília: COSBAN, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/ii-reuniao-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-2013-cosban>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

RUBIN, L.S.; ILHA, A.S.; WAQUIL, P.D. O comércio potencial brasileiro de carne bovina no contexto de integração regional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, p. 1067-1094, out./dez. 2008.

SAAB, A.A.; PAULA, R.A. Mercado da China: oportunidades para o agronegócio brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 31-42, jan./mar. 2007.

SAMPAIO, L.M.B.; SAMPAIO, Y.; COSTA, E.F. Mudanças políticas recentes e competitividade no mercado internacional da soja. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 44, n. 3, p. 383-411, jul./set. 2006.

WILKINSON, J. Transformações e perspectivas do agronegócio brasileiro. *Revista Brasileira de Zootecnia*, Viçosa, v. 39, p. 26-34, 2010.

